



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

Aquisição de câmaras frias para a conservação de medicamentos termolábeis para serem utilizados no armazenamento das insulinas e outros medicamentos sensíveis à temperatura na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF). O uso de câmaras frias é fundamental para garantir a eficácia terapêutica da medicação, pois garante uma temperatura homogênea em todo o seu interior, evitando o congelamento do produto ou temperatura acima da recomendada pelo fabricante.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Descrição / Especificação
1	02	Unidade	<p>Câmara para conservação de medicamentos termolábeis com temperatura entre 2°C a 8°C, alarmes, discador telefônico e sistema de homogeneização de temperatura.</p> <p>Gabinete externo tipo vertical, construído em chapas de aço inoxidável escovado, que seja tratado para evitar ferrugem, montado sobre chassi metálico e rodízios giratórios traváveis.</p> <p>Capacidade interna de no mínimo 700 litros.</p> <p>Funcionamento BIVOLT.</p> <p>Gabinete interno construído totalmente em chapa de aço inoxidável, dotado de no mínimo cinco gavetas em aço inoxidável, com perfuração hermética e regulagem de altura.</p> <p>Iluminação interna através de lâmpadas LED com acionamento automático na abertura da porta, temporizada com acionamento externo com a porta fechada.</p> <p>Isolamento térmico em poliuretano injetado de alta densidade, com espessura de no mínimo 70 MM.</p> <p>Porta de vidro triplo, com sistema antiembaçante, vedação através de perfil magnético.</p>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			<p>Refrigeração através de compressor hermético, com circulação de gás ecológico.</p> <p>Estabilidade e recuperação rápida de temperatura, após a abertura da porta. Sistema com degelo automático sem interrupção ou perda da temperatura com evaporação do condensado.</p> <p>Painel de comando montado na parte superior da câmara, com chave geral, fusíveis de proteção na parte posterior e painel frontal do tipo membrana com teclas soft-touch. Display em LCD com apresentação simultânea das temperaturas de momento, temperaturas mínima e máximas atingidas, ajuste dos parâmetros, sistema de verificação automática da programação, sistema de travamento da programação contra manuseio inadvertido, sistema que restabelece os parâmetros programados mesmo com variação brusca da energia ou desligamento do equipamento, filtro contra ruídos eletromagnéticos. Dotado de sensores tipo NTC.</p> <p>Faixa de trabalho entre 2°C e 8°C, com ponto fixo em 4°C, ou programável pelo usuário.</p> <p>Registrador de temperatura eletrônico das temperaturas mínima e máxima atingidas, apresentadas no display.</p> <p>Alarmes de temperatura abaixo de 2°C e acima de 8°C (ou programável pelo usuário), falta de energia elétrica, porta aberta, com tecla de inibição para silenciar o alarme por 15 minutos. Com autonomia do sistema de emergência de até 36 horas na falta de energia ou porta aberta.</p> <p>Aplicativo para gerenciamento que emite relatórios e gráficos, permitindo o gerenciamento da câmara via internet, acesso via computador ou celular, com interface via USB/PENDRIVE. Que permite suporte técnico remoto</p>
--	--	--	--



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

			<p>para ajustes de programação e configuração. Com dados armazenados criptografados. Sem cobrança de mensalidade.</p> <p>Termostato instalado em paralelo ao controlador eletrônico da câmara, assumindo automaticamente o controle das funções de comando do compressor de frio sempre que houver falha no comando eletrônico.</p> <p>Discador com sistema automático que realiza ligações telefônicas para números pré-programados sempre que o equipamento alarmar por temperatura CRÍTICA.</p> <p>O equipamento deve possuir certificado de calibração do controlador de temperatura.</p> <p>Deve possuir REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses.</p> <p>Oferecer orientação podendo ser Online sem custo, sobre o funcionamento do equipamento.</p> <p>Deverá ser apresentado manual em português com detalhamento das características da câmara fria cotada.</p>
--	--	--	---

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da aquisição será de 1(um) ano, a contar da homologação ou até a entrega total dos equipamentos, conforme lei 14.133/21

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (X) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição das câmaras frias está baseada na RDC 430/2020 da Anvisa, que é a norma que estabelece as boas práticas de distribuição, armazenagem e transporte de medicamentos no Brasil. As insulinas são classificadas como medicamento termolábil, sensível à variação de temperatura; e esta



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

resolução impõe regras rigorosas para garantir que o medicamento não perca sua eficácia. O uso de equipamentos qualificados como câmaras frias são recomendadas para que se tenha um maior controle da temperatura recomendada de armazenagem que é entre 2°C – 8°C, sendo mais seguras no caso de intercorrências. A aquisição destes equipamentos de refrigeração para a Central de Abastecimento Farmacêutico, são de extrema importância para estocar e conservar as insulinas (frascos e carpules) e garantir a qualidade dos medicamentos antes de serem dispensados aos pacientes diabéticos do município.

A Central de Abastecimento Farmacêutico armazena as insulinas recebidas da Coordenadoria de Saúde, ficando responsável por todo o estoque do município. Atualmente o estoque das insulinas no CAF, estão sendo acondicionadas em geladeiras domésticas muito antigas e pequenas, sendo insuficiente para a quantidade dos medicamentos que precisam ser armazenados. As geladeiras em questão não possuem sistema de segurança para falta de energia elétrica e nem alarme que avise alguma alteração na temperatura, colocando em risco a qualidade dos medicamentos termolábeis.

Também tivemos um acréscimo na demanda de insulinas em nosso município por parte dos pacientes diabéticos, tendo a necessidade de aumentar o estoque de insulinas no CAF e fomos informados que o Ministério da Saúde, vai incluir mais uma insulina em nossa listagem de medicamentos, a insulina Glargina, sendo imprescindível a aquisição das câmaras frias.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na aquisição de câmaras frias específicas para o armazenamento de insulinas e outros medicamentos termolábeis para a Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), visando garantir a integridade biológica dos medicamentos e a dispensação de um produto de qualidade para os usuários do SUS.

A utilização de equipamentos próprios para a “rede de frio” assegura a manutenção de temperatura entre 2° a 8°C, conforme exigência das autoridades sanitárias. Isso diminui os riscos de perdas financeiras e de estoque decorrentes de oscilações térmicas, como em casos de interrupção no fornecimento de energia elétrica.

A aquisição resolve a necessidade técnica de acondicionamento seguro e permite que o acréscimo da demanda de insulinas por parte dos pacientes diabéticos seja suprido pelo aumento da capacidade de armazenamento com o uso das câmaras frias, garantindo que as Farmácias Básicas mantenham o padrão de qualidade na dispensação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os objetos da contratação destinam-se exclusivamente para aquisição de câmaras de conservação de termolábeis e se dará através de licitação, visando o menor valor.

6.2. A proponente vencedora obriga-se a fornecer o objeto deste Edital, em conformidade com as especificações constantes na Proposta do Edital, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Toda e qualquer despesa de entrega e substituição correrá por conta exclusiva da licitante vencedora.

Deverá ser emitida a devida Nota Fiscal/fatura discriminativa, após a entrega dos materiais para efetivação do pagamento e liquidação.

Será recusado o objeto que não atender às especificações constantes neste Edital e/ou que não esteja no prazo de validade solicitado.

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

A empresa precisa apresentar manual em português do equipamento e também por dar orientação podendo ser online, sem custo para a Prefeitura de São Borja sobre o funcionamento dos equipamentos e orientar o profissional eletricista com orientações de instalação.

**CAPÍTULO III
DO MODELO DE EXECUÇÃO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratação compreende o fornecimento de Câmara de conservação, incluindo todos os serviços necessários ao pleno funcionamento de equipamento, com entrega da câmara nova, sem uso, em perfeito estado de funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. Devendo o equipamento ser entregue pela empresa no Departamento de Materiais, Patrimônio e Documentos (DMPD), com todos os custos de transporte, seguro e logística sob responsabilidade da contratada. Com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e substituição de peças sem ônus adicional, disponibilizando suporte técnico durante o período de garantia. Oferecer orientação quanto ao uso do equipamento, podendo ser on line. Realizar a entrega de manuais em língua portuguesa.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

O prazo de entrega será de até 30 dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA. As câmaras deverão estar em boas condições de entrega.

8.2. LOCAL E HORÁRIO:

A entrega dos itens solicitados deverá ocorrer no Departamento de Materiais, Patrimônio e Documentos (DMPD) no endereço Rua José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja-RS, CEP 97670-000, cujo funcionamento ocorre de segunda a sexta-feira, das 07h às 12h e das 14h às 16h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail dmpd@saoborja.rs.gov.br.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

(x) O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 12 meses, a contar do recebimento definitivo.

(x) Durante o período da garantia, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a efetuar, sem ônus para a Prefeitura de São Borja, a substituição do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 15 dias úteis, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será, a farmacêutica bioquímica Graciela Alves CRF/RS 8068, o substituto será a farmacêutica Francine Portella CRF/RS 13856 e como gestora a Secretária de Saúde Sabrina Dornelles Loureiro.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. Não se aplica a este objeto.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá mediante manifestação formal do fiscal do contrato, após a verificação da conformidade do objeto entregue, proporcionando maior segurança administrativa e documental ao processo.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a secretaria requisitante opta pela modalidade de Licitação/Pregão Eletrônico para aquisição.

17.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento do menor preço por item.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

f) a empresa deverá apresentar catálogo, folder, certificado, manual ou outro documento técnico elaborado pelo fabricante que viabilize a análise das especificações do objeto ofertado e/ ou documento extraído de consulta realizada pela internet na página oficial do fabricante. Nesse caso, deverá ser indicado o endereço eletrônico do fabricante, com menção à página em que consta a informação apresentada.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(x) Sim () Não

Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) para correlatos ou produtos para saúde, expedida pela ANVISA, em conformidade com a Lei nº 9.782/99;
- b) Certificado de registro de materiais, expedido pelo Ministério da Saúde/ANVISA, em vigor, onde conste a denominação do produto, nome e número do CNPJ do fabricante. Solicitamos que a folha deste certificado seja numerada em sua parte superior direita com o número do item do produto ao qual corresponde. No caso de isenção de registro, deverá ser comprovada por meio de documento oficial

19.2 VISTORIA

(x) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:

19.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

() Não (x) Sim

Manual em português.

19.4 AMOSTRA

(x) Não () Sim

19.5 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) para correlatos ou produtos para saúde, expedida pela ANVISA, em conformidade com a Lei nº 9.782/99;

Certificado de registro de materiais, expedido pelo Ministério da Saúde/ANVISA, em vigor, onde conste a denominação do produto, nome e número do CNPJ do fabricante.

19.6 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Considerando que o valor estimado da presente contratação é de R\$ 30.860,00, inferior ao limite estabelecido no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, a Administração promoverá a participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

A adoção do tratamento diferenciado visa fomentar o desenvolvimento econômico local e regional, incentivar a geração de emprego e renda, ampliar a participação das pequenas empresas nas contratações públicas e dar efetividade às disposições da Lei Complementar nº 123/2006.

Verificou-se, ainda, que o objeto possui natureza comum e que existem potenciais fornecedores



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

enquadrados como ME e EPP aptos a fornecer os equipamentos com as especificações técnicas exigidas, não havendo prejuízo à competitividade, à qualidade do objeto ou à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Dessa forma, o certame será destinado à participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em conformidade com a legislação vigente.

19.7 DAS VEDAÇÕES

Não serão estabelecidas vedações à participação de licitantes além daquelas previstas na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021, garantindo-se a ampla competitividade do certame.

Eventuais exigências constantes neste Termo de Referência, especialmente aquelas relacionadas à qualificação técnica, apresentação de documentos do fabricante e atendimento às especificações técnicas, possuem caráter estritamente necessário para assegurar a adequada execução do objeto, não configurando restrição indevida à participação de interessados.

Destaca-se que as especificações técnicas foram definidas de forma a atender às necessidades da Administração, sem direcionamento a marcas, modelos, ou fabricantes específicos, permitindo a participação de diversos fornecedores aptos a atender às exigências estabelecidas.

Dessa forma, as condições fixadas neste Termo de Referência observam os princípios da isonomia, competitividade, razoabilidade e proporcionalidade, não havendo vedações que comprometam o caráter competitivo da licitação.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A pesquisa de preços deverá atender ao Decreto Municipal nº 20.108/2023 e o art. 74, inciso I da Lei 14.133/2021.

Item	Quant	Unid	Especificação	Valor unitário de referência
1	02	Câmara fria	CÂMARA DE CONSERVAÇÃO DE TERMOLÁBEIS com capacidade de armazenamento no mínimo de 700 litros para guarda e armazenamento de insulinas na temperatura de 2º C a 8º C.	R\$ 15.430,00
				R\$ 30.860,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Graciela Pinto Moreira Alves – CRF/RS 8068
Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), 30 de abril de 2026

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município, conforme Proposta nº 10610784000124020, Recurso Federal.

21.2.. (Indicar a dotação orçamentária da contratação).

Órgão: 10

Unidade: 04

Função: 10

Programa: 155

Projeto/Atividade: 2231

Elemento:4.4.90.52.00.00.00

Recurso: 601

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

São Borja/RS, 30 de abril de 2026

GRACIELA PINTO MOREIRA ALVES
FARMACÊUTICA - BIOQUÍMICA
CRF/RS 8068

SABRINA DORNELLES LOUREIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DECRETO Nº 20.985/25

() Defiro

() Indefiro

Luiz Rodrigues Machado
Prefeito de São Borja/RS